

ANÁLISE DO IMPACTO DA APLICAÇÃO DO CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE OS INDICADORES FINANCEIROS EM EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA LISTADAS NA BOVESPA

Tainá Silva da Rosa¹
Jaqueline Paula Walter Schneider²

RESUMO

O CPC 01 foi aplicado como marco inicial no processo de convergência do Brasil às IFRS mas ainda possui grande subjetividade em sua aplicação. Neste sentido, este estudo buscou identificar o impacto da aplicação do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos sobre os indicadores de análise de rentabilidade em empresas do setor de energia listadas na BM&FBovespa, entre os anos de 2016 e 2018. Os indicadores de desempenho foram calculados considerando dois cenários: (a) informações contábeis coletadas das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas; e (b) simulação de um cenário eliminando-se o efeito do reconhecimento do *impairment* sobre as informações contábeis. Comparando-se o desempenho das empresas verificou-se que o reconhecimento da perda pela redução ao valor recuperável impactou os indicadores de desempenho assim como a determinação de qual empresa possui o melhor desempenho. Os resultados deste trabalho demonstram a importância da precisão dos registros de *impairment* para que as *stakeholders* tenham informações fidedignas como base para tomada de decisão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A convergência internacional das normas e das informações contábeis contribui para auxiliar na necessidade de informações financeiras aos usuários da informação que buscam expandir suas aplicações para outros países assim como para empresas que buscam recursos e investidores.

O CPC 01 foi aplicado como marco inicial no processo de convergência do Brasil às IFRS, iniciado com a criação do CPC no ano de 2005, possuindo subjetividade em sua aplicação e destacando-se entre os principais assuntos dos relatórios de auditoria, conforme levantamento realizado pelo Ibracon nos anos de 2017 e 2018. Foi divulgado nos dois estudos realizados que valor recuperável está entre os principais assuntos dos relatórios dos auditores independentes. (Ibracon, 2018) As mudanças realizadas nas práticas contábeis brasileiras com adoção das

¹ Graduanda em Ciências Contábeis – Faculdade Dom Alberto. (tainarosa96@outlook.com)

² Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (2010), com Diploma Mérito de Aluno Destaque. Experiência em Auditoria Externa através da atuação em "Big Four" (KPMG e EY - Ernst & Young). Docente no Centro de Ensino Superior Dom Alberto. Contato: jaquelineschneider@domalberto.edu.br.

normas internacionais podem causar impactos relevantes na rentabilidade das companhias, em aspectos financeiros e informacionais.

OBJETIVO

Este estudo buscou identificar o impacto da aplicação do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos sobre os indicadores de análise de rentabilidade em empresas do setor de energia listadas na Bovespa, entre os anos de 2016 e 2018.

CONTEXTO TEÓRICO

A situação do mercado econômico e a globalização da economia mundial acarretaram em uma série de mudanças no ambiente contábil brasileiro e internacional, na teoria e na prática de procedimentos contábeis, a fim de promover a unificação da linguagem dos negócios. De acordo com Lima (2012) o objetivo dessas mudanças é a uniformidade nos procedimentos contábeis com o intuito de diminuir as diferenças dos critérios utilizados no reconhecimento e mensuração das transações ocorridas, e também proporcionar maior transparência aos usuários da informação. Dessa maneira, as práticas contábeis tendem a ser globalmente aceitas uma vez que, trazem uma série de vantagens como a transparência, melhor qualidade nas informações, comunicação financeira uniforme e inteligível aos usuários internacionais. A criação do CPC proporcionou ao Brasil uma estrutura contábil mais organizada e centralizada, definida por contadores e nos moldes dos principais centros econômicos do mundo. (Oliveira *et al*, 2008)

No ano de 2007 foi aprovado pela CVM, através da deliberação nº 527, o primeiro pronunciamento técnico, o CPC 01, emitido em consonância com a norma internacional IAS 36, denominado *Impairment Test*, que trata sobre a redução do valor recuperável dos ativos. Quando um ativo está contabilizado por um valor maior do que aquele que ele pode trazer de benefícios para a empresa percebe-se que há uma perda. O teste de recuperabilidade tem como objetivo trazer o valor contábil ao valor líquido de venda ou, se for maior, ao valor em uso, assegurando assim que os ativos não estejam registrados por um valor maior do que realmente devem ser registrados.

Segundo RAUPP (2006), o *Impairment* reflete uma perda nos benefícios futuros esperados do ativo, na prática, é a mensuração da desvalorização dos ativos de vida longa, tecnicamente trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa classifica-se documental, explicativa e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados. A amostra foi determinada de forma não probabilística, através de julgamento. Foram elegidas, dentre as 16 (dezesseis) empresas de maior patrimônio líquido listadas na Bovespa as oito empresas que reconheceram e divulgaram informações referentes ao *impairment* nas Demonstrações Financeiras anuais dos anos de 2016, 2017 e 2018. O setor de energia é formado por 42 empresas e um Patrimônio Líquido aproximado de R\$ 237 milhões, sendo que as empresas objeto de estudo representam 49% deste valor.

A coleta de dados constitui-se de fontes secundárias, sendo os dados verificados na página de Relação com Investidores ou de Reportes Financeiros de cada empresa estudada. A definição do período de 2016, 2017 e 2018 deve-se à necessidade de os dados serem atuais e com três períodos mínimos comparativos para determinar a evolução do desempenho das empresas estudadas.

RESULTADOS E ANÁLISES

Para execução da pesquisa proposta, foram analisadas as Demonstrações Financeiras anuais e Notas Explicativas publicadas pelas empresas do setor de energia listadas na Bovespa, nos resultados anuais de 2016, 2017 e 2018, conforme dados coletados na página de Relações com Investidores ou Reportes Financeiros de cada empresa, referentes às informações sobre as companhias Eletrobras, Copel, CPFL, Cesp, Equatorial, Engie, Eneva e Sanepar.

Através das informações demonstrações financeiras publicadas pelas empresas objeto do estudo, foram apurados índices de Retorno do Ativo (ROA), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) Retorno sobre o Investimento Líquido (ROI) Margem Líquida (ML), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Participação de Capital de Terceiros (PCT) e Grau de Alavancagem Financeira (GAF). Para análise dos indicadores financeiros, dois cenários foram comparados: Cenário

“A”, aplicado sobre os dados das demonstrações financeiras (Tabela 1), e Cenário “B”, que apresenta as informações contábeis após eliminação do efeito do reconhecimento do *impairment*, (Tabela 2).

Na Tabela 1 apresenta-se o resultado da aplicação dos índices nos quais foram identificados impactos mais relevantes:

Tabela 1 – Resultado dos indicadores (Cenário A)

Ind.	Ano	CESP	Copel	CPFL	Eletrobrás	Eneva	Engie	Equatorial	Sanepar
ROA	2016	4,30	4,79	3,27	7,05	0,11	14,33	7,38	8,35
	2017	- 0,60	4,20	4,47	2,59	1,70	13,41	7,10	9,03
	2018	2,75	5,44	6,96	9,77	4,99	12,50	5,08	10,81
ROE	2016	0,07	0,10	0,13	0,27	0,00	0,31	0,22	0,16
	2017	- 0,01	0,09	0,17	0,10	0,03	0,38	0,22	0,18
	2018	0,04	0,12	0,23	0,32	0,05	0,47	0,20	0,20
ML	2016	0,29	0,11	0,07	0,20	0,01	0,49	0,13	0,23
	2017	- 0,05	0,10	0,07	0,15	0,07	0,37	0,14	0,24
	2018	0,17	0,13	0,10	0,71	0,20	0,34	0,12	0,28

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparando-se o desempenho financeiro das empresas nos anos de 2016, 2017 e 2018 nos Cenários A e B, observamos quais empresas possuem o melhor desempenho para cada indicador financeiro proposto e como a mudança dos cenários impacta nesta avaliação de desempenho. Destaca-se que algumas empresas não identificaram necessidade de *impairment* em determinados períodos, apresentando resultados idênticos nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 2 – Resultado dos indicadores (Cenário B)

Ind.	Ano	CESP	Copel	CPFL	Eletrobrás	Eneva	Engie	Equatorial	Sanepar
ROA	2016	4,30	6,45	3,38	9,60	1,06	15,12	9,34	8,37
	2017	0,87	4,41	4,52	2,78	1,70	13,50	8,63	9,04
	2018	3,36	5,32	6,96	12,87	4,99	12,67	5,68	8,60
ROE	2016	0,07	0,13	0,14	0,35	0,02	0,32	0,26	0,16
	2017	0,01	0,10	0,17	0,12	0,03	0,39	0,25	0,18
	2018	0,05	0,12	0,23	0,39	0,05	0,47	0,22	0,16
ML	2016	0,29	0,16	0,07	0,29	0,05	0,51	0,17	0,23
	2017	0,07	0,11	0,07	0,18	0,07	0,38	0,17	0,24
	2018	0,21	0,13	0,10	0,97	0,20	0,34	0,13	0,22

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao ROA, verifica-se que no ano de 2018 a empresa ENGIE teve o melhor desempenho entre as empresas analisadas, seguida das empresas Sanepar e Eletrobrás. Eliminando os reflexos do reconhecimento do *impairment*, no período analisado, a empresa Engie continua apresentando os melhores índices nos anos de 2016 e 2017. Em 2018, ainda que por uma diferença não significativa, a empresa Eletrobrás é a que apresenta o melhor desempenho no grupo analisado.

Quanto ao ROE, a empresa ENGIE apresentou o melhor desempenho, porém no ano de 2016 e 2018 seguida da empresa ELETROBRÁS e no ano de 2017 seguida da EQUATORIAL. Eliminando-se os reflexos do reconhecimento do *impairment*, no período analisado, no ano de 2016 a empresa com o melhor índice foi a Eletrobrás com 0,35% e a Engie com 0,32%, uma mínima diferença, em 2017 a empresa Engie 0,38% e Equatorial 0,25% e no ano de 2018 com o índice mais elevado foi a Engie 0,47% e a Eletrobrás 0,38%. Caso não houvesse a aplicação do *impairment* assim como na avaliação do ROA, a empresa com melhor desempenho no índice ROE é a Eletrobrás.

Quanto à ML, verifica-se que no período de 2016 a 2017 a ENGIE foi a empresa com o melhor desempenho entre as empresas analisadas e no período de 2018 teve o melhor desempenho a empresa ELETROBRÁS. Eliminando-se os reflexos do reconhecimento do *impairment*, no período analisado, a empresa com melhor desempenho no ano de 2016 foi a CESP com 0,29%, no ano de 2017 a ENGIE com 0,37% e no último período 2018 foi Eletrobrás com 0,97%.

Considerando a avaliação dos índices ROA, ROE, ROI e ML no grupo de empresas analisado, houve pouca variação entre o desempenho entre os dois cenários assim como entre as empresas. No entanto, caso não houvesse a aplicação do *impairment*, poderíamos concluir, inadequadamente, que a empresa com melhor desempenho é a Eletrobrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de ativos teve impacto direto na redução dos valores de ativo e do lucro líquido, as empresas apresentaram uma redução de 1,62% do valor do ativo e redução de 13% no lucro líquido no período. O reconhecimento da perda sobre recuperabilidade dos ativos, conforme verificado na amostra, impacta os indicadores financeiros quanto ao

desempenho individual de cada empresa como também quanto a comparação de desempenho entre empresas, impactando em qual empresa teve o melhor desempenho. Conclui-se que a aplicação do CPC 01 e reconhecimento de perdas por *impairment* impacta os indicadores financeiros assim como pode impactar tomada de decisões de investidores ao comparar um grupo de empresas, no entanto, o grau de impacto irá depender de quanto efetivamente este reconhecimento reduziu o total do ativo, lucro líquido de patrimônio líquido.

REFERÊNCIAS

CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS). **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)**. Redução do Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf>.

CVM (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes>>.

IBRACON (INSTITUTO DE AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL). **Ibracon divulga segunda edição do estudo sobre os Principais Assuntos de Auditoria**. 29 de Agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5573>>.

LIMA, Igor Gabriel, *et al.* **Aspectos qualitativos da informação contábil**: uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB e FASB. Revista GeTeC – Gestão Tecnologia e Ciências. v. 02. n. 04. 2012.

OLIVEIRA, Alexandre M. S. de, *et al.* **Contabilidade Internacional**: Gestão de riscos, Governança corporativa e contabilização de derivativos. São Paulo: Atlas, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Proposta de Mensuração de ativos imobilizados por meio do *fair value* e do impairment test. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE., 2006. São Paulo.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. **Perda no valor recuperável de ativos**: uma análise dos reflexos nos indicadores econômicos e financeiros no setor elétrico brasileiro. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da49 UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 115 - p. 129, jan./abril, 2011.